

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.679.927 - SC (2017/0146070-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**RECORRIDO** : **CALIXTO GOLIN**  
**ADVOGADO** : **ALUÍSIO DOBES - SC007467**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"SERVIDORES PÚBLICOS. INSTITUIÇÕES DE ENSINO. FUNÇÕES COMISSIONADAS. INCORPORAÇÃO.

Os servidores das instituições federais de ensino - IFEs têm o direito de continuar recebendo integralmente o valor dos 'quintos' ou 'décimos' incorporados na vigência da Lei nº 7.595/1997, pelo exercício de funções comissionadas e gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/1987 do MEC, sem a redução prevista na Lei nº 8.168/1991" (fl. 302e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 304/312e), os quais restaram parcialmente acolhidos, "apenas para fins de prequestionamento", nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO EMBARGADO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis para o, suprimimento de omissão, saneamento de contradição ou 'esclarecimento de obscuridade no julgamento embargado. A jurisprudência também os admite para a correção' de erro material e para fins de prequestionamento.

2. Os embargos declaratórios não se prestam à reforma do julgado proferido, nem substituem os recursos previstos na legislação processual para que a parte inconformada, com o julgamento possa buscar sua revisão ou reforma.

3. Embargos declaratórios parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento" (fl. 320e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 1.022 do CPC/2015, 53, **caput**, da Lei 9.784/99, 1º da Lei 8.168/91, 114 da Lei 8.112/90, Súmulas 235/TCU e 473/STF e arts. 5º, XXXVI, 37, **caput** e XV, da Constituição Federal, sustentando a nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, que:

"O acórdão, data vênua, não examina a controvérsia à luz da pacífica jurisprudência que afirma inexistir direito adquirido a regime jurídico, cabendo sua complementação. O v. acórdão viola o disposto nos artigos em epígrafe porquanto obsta sua aplicabilidade ao caso concreto, dizendo que reduzem a vantagem incorporada de quintos/décimos na forma estabelecida na Lei 7.596/87, e na Portaria MEC 474. Todavia, olvida-se a E. Corte Regional que inexistiu aos servidores públicos direito adquirido à manutenção de regime jurídico. Portanto, a revisão dos valores por lei - decorrente da transformação das funções de confiança em cargos de direção -, não implica violação a direito líquido e certo dos Impetrantes porque a relação jurídica com a Administração Pública está jungida ao princípio da legalidade, não podendo se opor o servidor à alteração por lei do regime jurídico" (fl. 336e).

Aduz, ainda, que:

"(...) a Portaria nº 474/87, que estabeleceu o patamar remuneratório das Funções Comissionadas (FC) e das Funções Gratificadas (FG), à época de sua edição ofendeu os artigos 55, III, e 57, II, da então Constituição Federal vigente (1967/69), que perduram na vigência da atual Carta Magna no que preceitua seu artigo 61, § 1º, inciso II, "a", haja vista que foi publicada por autoridade desprovida da necessária competência legal para fixar remuneração a servidores públicos, in casu, para os ocupantes das Funções Comissionadas (FC); integrantes do quadro de Funções de Confiança das Instituições Federais de Ensino" (fl. 358e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Sem contrarrazões (fl. 385e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 386e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, objetivando

"assegurar ao autor o direito adquirido a perceber seus proventos na parte correspondente à rubrica '12710 - RT 221788183 2VF/SC MAN FC', com base no valor da FC-5 - inclusive a diferença relativa ao período janeiro a setembro de 2000, como vem acontecendo desde a incorporação dos 'quintos/décimos', como consta dos atos de aposentadoria e apostilamento, ilegalmente modificados pelo autoridade responsável" (fl. 25e).

Julgada procedente a demanda, recorreu a ré, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local, exceto quanto aos consectários legais da condenação.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Ademais, ainda que para fins de prequestionamento, os embargos declaratórios são cabíveis somente quando há, na decisão combatida, omissão, contradição ou obscuridade, bem como para corrigir a ocorrência de erro material (REsp nº 1.062.994/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 26/8/2010), hipóteses que não estão presentes na espécie.

Não conheço da apontada violação às Súmulas 235/TCU e 473/STF, porquanto tal ato não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal", previsto no permissivo constitucional (art. 105, III, a), tratando-se de mero entendimento consolidado no âmbito do Poder Judiciário, não tendo o condão de abrir a via estreita dos recursos excepcionais, conforme **Súmula 518/STJ**, segundo a qual "para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Outrossim, na forma da jurisprudência, "não compete a este eg. STJ se manifestar explicitamente sobre dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento" (STJ, AgInt no REsp 1622131/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 21/10/2016). Confira-se, ainda: STJ, AgInt no REsp

1.547.436/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2016.

Quanto ao mais, a Corte Regional, ao resolver a contenda, consignou que "o Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento sobre a questão posta nos autos, no sentido de que os servidores das instituições federais de ensino - IFEs têm o direito de continuar recebendo integralmente o valor dos 'quintos' ou 'décimos' incorporados na vigência da Lei nº 7.595/1997, pelo exercício de funções comissionadas e gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/1987 do MEC, sem a redução prevista na Lei nº 8.168/1991" (fl. 296e).

Logo, inexistem reparos a se fazer no acórdão hostilizado, dado que, há muito, esta Corte definiu ser vedada a alteração dos valores dos "quintos" incorporados durante a vigência da Lei 7.596/1987, em decorrência do exercício das funções comissionadas e gratificadas determinadas pela Portaria 474/MEC, para os patamares estabelecidos pela Lei 8.168/1991, em atendimento ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Confirmam-se alguns precedentes a respeito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. TESE FUNDAMENTADA EM DISPOSITIVOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. PORTARIA 474 DO MEC. QUINTOS INCORPORADOS. PROVENTOS. REDUÇÃO. LEI 8.168/91. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.

1. A apreciação de suposta violação de preceitos constitucionais não é possível na via especial, nem à guisa de prequestionamento, porquanto matéria reservada pela Carta Magna ao Supremo Tribunal Federal.

2. **'O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que o servidor de instituição federal de ensino tem o direito de continuar recebendo integralmente o valor dos quintos ou décimos incorporados na vigência da Lei nº 7.595/1997, pelo exercício de funções comissionadas e gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/1987 do MEC, sem a redução prevista na Lei nº 8.168/1991'** (REsp 465.000/SC, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 25/9/2006.).

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.458.910/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2015).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL

NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. FUNÇÃO COMMISSIONADA. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS E DÉCIMOS. PORTARIA 474/87. REDUÇÃO DOS PROVENTOS. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA. IRRELEVÂNCIA FRENTE AO ENTENDIMENTO DO STF. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA, EMPRESTANDO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL PARA RESTABELECECER A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.

- Nos moldes do entendimento do Supremo Tribunal Federal, secundado por esta Corte, não poderia a Administração proceder a alteração dos valores dos 'quintos' ou 'décimos' incorporados sob a égide da Portaria nº 474/MEC para os patamares estabelecidos pela Lei nº 8.168/91. **Precedentes.**

(...) (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1.170.802/RJ, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, DJe de 25/02/2013).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONTIDA EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. SOBRESTAMENTO. NÃO OBRIGATORIEDADE. PORTARIA Nº 474 DO MEC. QUINTOS INCORPORADOS. PROVENTOS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.

(...)

2. **'O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que o servidor de instituição federal de ensino tem o direito de continuar recebendo integralmente o valor dos quintos ou décimos incorporados na vigência da Lei nº 7.595/1997, pelo exercício de funções comissionadas e gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/1987 do MEC, sem a redução prevista na Lei nº 8.168/1991' (REsp 465.000/SC, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 25/9/2006).**

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 964.141/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/08/2012).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MANUTENÇÃO DE QUINTOS INCORPORADOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.168/91. PORTARIA MINISTERIAL Nº 474/87. DECADÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO ANULAR O ATO. INOCORRÊNCIA.

(...)

2. Todavia, no mérito, o acórdão recorrido merece ser mantido. Isto porque a Portaria MEC 474/87 assim como decidido pelo acórdão recorrido não apresenta ilegalidade.

3. **Deveras, sob a orientação do STF, o STJ firmou a orientação de ser vedada a alteração dos valores dos "quintos" incorporados durante a vigência da Lei nº 7.596/87, em decorrência do exercício das Funções Comissionadas e Gratificadas estabelecidas pela Portaria nº 474/MEC, para os patamares estabelecidos pela Lei nº 8.168/91, em atendimento ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.**

4. A jurisprudência do STJ orienta, ainda, que os "quintos" incorporados durante a vigência da Lei 7.596/87, em decorrência do exercício das Funções Comissionadas e Gratificadas estabelecidas pela Portaria 474/MEC, constituem direito adquirido dos servidores, não estando sujeitos à redução determinada pela Lei 8.168/91.

5. Nesse sentido, o acórdão recorrido não merece retoque, porquanto decidiu em sintonia com a jurisprudência do STJ, não tendo ocorrido a violação da legislação federal, nem mesmo a sua não observância.

6. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 416.869/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 18/09/2009).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os

# *Superior Tribunal de Justiça*

limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora